

**PLANO ANUAL
DE AUDITORIA
INTERNA
2026**



Macaé
PREFEITURA
CONTROLADORIA GERAL

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, a Auditoria Interna, cuja missão consiste em prestar serviços independentes e objetivos de avaliação e consultoria, voltados para agregar valor e aprimorar as operações organizacionais, tem se consolidado como um recurso estratégico no fortalecimento da governança institucional, contribuindo significativamente para o aumento da eficácia do sistema organizacional.

Nesse contexto, a Auditoria Geral do Município de Macaé tem empreendido esforços contínuos para aperfeiçoar o processo de planejamento dos serviços oferecidos às unidades executoras, buscando materializar, de forma objetiva, as ações a serem implementadas.

Dessa forma, o presente documento visa informar à Alta Administração e divulgar, para todo o Município, as Unidades que serão objeto de auditoria no exercício de 2026.

Formulado por:

Kallyan Silveira Schott
Anderson Amaral de Moraes Ladeira
Sharleny da Silva Patricio
Ronaldo Santana de Oliveira

Revisado por:

Henrique Barreto Silva Miranda

Aprovado por:

Edilson dos Santos Santanna



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.....	6
3. ALOCAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO.....	10
4. DIMENSÕES DO PLANO.....	13
4.1. Dimensão atividade de Auditoria Interna.....	13
4.2. Dimensão de Gestão.....	14
4.3. Dimensão de Capacitação.....	14
4.4. Dimensão de Reserva Técnica.....	15
5. SELEÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS.....	17
5.1. Metodologia de Classificação da Matriz de Riscos.....	20
5.2. Alocação de Recursos para os Trabalhos de Auditoria.....	24
CONCLUSÃO.....	26
ANEXOS.....	27
ANEXO I - Força de Trabalho da Auditoria Geral.....	27
ANEXO II - Implementação da Auditoria Baseada em Riscos em Macaé - 2025.....	29
ANEXO III - Metodologia da Matriz de Riscos.....	41
ANEXO IV - Matriz de Riscos.....	44

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2026 da Controladoria Geral do Município de Macaé constitui instrumento estratégico de planejamento das atividades de auditoria, elaborado em conformidade com as melhores práticas de governança e gestão de riscos, visando agregar valor à administração pública municipal e fortalecer os mecanismos de controle interno.

A Auditoria Interna do Município de Macaé encontra-se em um momento estratégico de transformação institucional. Reconhecendo a importância crescente do controle interno como pilar fundamental da boa governança pública, a Auditoria Geral está envolvida num processo abrangente de reestruturação e fortalecimento, visando consolidar-se como referência no assessoramento à gestão municipal e na promoção da eficiência, eficácia e transparência das ações governamentais.

Este processo de reformulação estrutural busca não apenas ampliar a capacidade técnica e operacional da unidade, mas também modernizar suas práticas, metodologias e ferramentas de trabalho, alinhando-as às melhores práticas nacionais e internacionais de auditoria governamental. A adoção de abordagens baseadas em riscos, o investimento em capacitação continuada das equipes e o aprimoramento dos processos de planejamento representam marcos importantes dessa trajetória de evolução institucional.

Nesse contexto de consolidação, a Auditoria Interna — cuja missão consiste em “Promover a melhoria contínua da gestão pública municipal através de auditorias independentes e consultoria técnica, objetivas e sistemáticas dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, fornecendo segurança razoável e consultoria estratégica para aprimoramento contínuo da administração pública e proteção do interesse público.” tem se posicionado como recurso estratégico indispensável ao fortalecimento da governança institucional, contribuindo de forma cada vez mais significativa para o aumento da eficácia do sistema organizacional e para a proteção do patrimônio público.

O presente Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2026 reflete esse momento de transformação e amadurecimento institucional. Elaborado com rigor metodológico e fundamentado em critérios técnicos sólidos, este documento representa um avanço qualitativo no processo de planejamento dos serviços oferecidos às unidades executoras, materializando, de forma objetiva e transparente, as ações a serem implementadas ao longo do exercício.

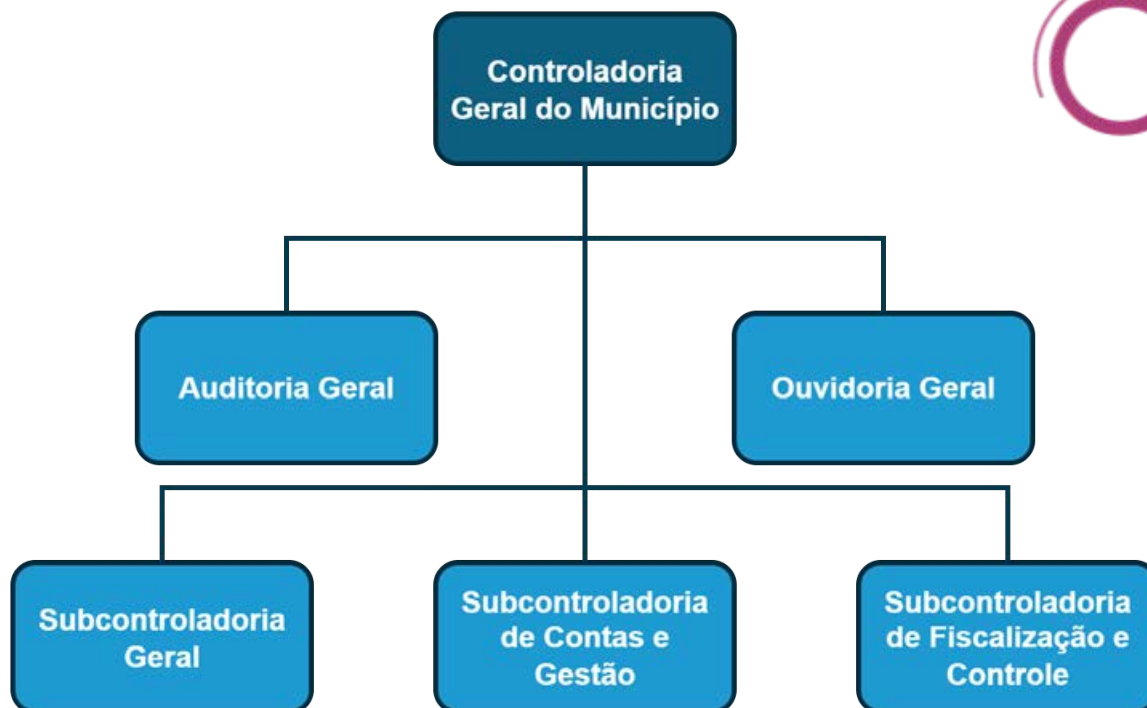
O PAAI 2026 tem como objetivos principais:

- Informar à Alta Administração sobre as prioridades de auditoria estabelecidas para o exercício;
- Proporcionar transparência e previsibilidade às unidades auditadas quanto aos trabalhos programados;
- Demonstrar o alinhamento das ações de auditoria com os riscos e desafios estratégicos do Município;
- Evidenciar a alocação racional e eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- Fortalecer a comunicação institucional e o relacionamento colaborativo entre a Auditoria Interna e as demais unidades da administração municipal.

Ao divulgar amplamente as Unidades que serão objeto de auditoria em 2026, a Auditoria Geral reafirma seu compromisso com os princípios da transparência, accountability e melhoria contínua, consolidando-se como agente catalisador de boas práticas de gestão e governança no âmbito do Município de Macaé.

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A Controladoria Geral do Município possui uma estrutura organizacional composta por cinco setores, conforme a Lei Municipal nº 346/2025: três Subcontroladorias, a Ouvidoria Geral e a Auditoria Geral. Essa organização é detalhada no organograma a seguir:



Fonte: Desenho elaborado pela Auditoria Geral do Município.

A Auditoria Geral do Município de Macaé orienta suas ações por uma identidade institucional claramente definida, que estabelece seu propósito, suas aspirações e os princípios que norteiam sua atuação. Essa identidade constitui a base sobre a qual se fundamentam todas as atividades planejadas e executadas pela unidade, assegurando coerência estratégica e alinhamento com os objetivos da administração municipal.

Missão

Promover a melhoria contínua da gestão pública municipal através de auditorias independentes e consultoria técnica, objetivas e sistemáticas dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, fornecendo segurança razoável e consultoria estratégica para aprimoramento contínuo da administração pública e proteção do interesse público.

Visão

Consolidar-se como ferramenta de controle, sendo uma unidade de auditoria interna moderna, inovadora e estratégica, reconhecida pela qualidade técnica e contribuição efetiva para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal e fortalecimento da governança.

Valores

Independência, Objetividade, Competência Técnica, Confidencialidade, Integridade, Zelo Profissional, Melhoria Contínua, Orientação A Resultados, Comunicação Efetiva E Colaboração Institucional.

A **missão** da Auditoria reflete seu compromisso em duas frentes complementares: de um lado, exercer a função certificadora, mediante avaliações independentes e objetivas que proporcionem garantias razoáveis à Alta Administração sobre a adequação e efetividade dos controles internos; de outro, atuar como parceira estratégica das unidades gestoras, oferecendo consultoria técnica qualificada que contribua para o aperfeiçoamento dos processos e para a consecução dos objetivos institucionais.

A **visão** de futuro da Auditoria projeta sua evolução para além das funções tradicionais de auditoria, posicionando-a como agente transformador da gestão pública municipal. O processo de consolidação em curso visa estabelecer a unidade como referência em excelência técnica, inovação metodológica e relevância estratégica, ampliando sua capacidade de agregar valor à administração e de contribuir efetivamente para o alcance dos resultados esperados pela sociedade.

Os **valores** que orientam a conduta profissional e as decisões da Auditoria Geral são:

- **Independência:** Manutenção de autonomia técnica e organizacional necessária para assegurar a imparcialidade e objetividade dos trabalhos realizados;

- **Objetividade:** Adoção de postura imparcial e isenta, fundamentando conclusões e recomendações exclusivamente em evidências técnicas e fatos verificáveis;
- **Competência Técnica:** Compromisso com a excelência profissional, mediante atualização constante de conhecimentos e aplicação das melhores práticas de auditoria;
- **Confidencialidade:** Respeito ao sigilo das informações obtidas no exercício das atividades, utilizando-as exclusivamente para os fins profissionais apropriados;
- **Integridade:** Conduta ética irrepreensível, pautada pela honestidade, transparência e respeito às normas legais e regulamentares;
- **Zelo Profissional:** Aplicação de cuidado e diligência esperados de um auditor prudente e competente em todas as etapas dos trabalhos;
- **Melhoria Contínua:** Busca permanente pelo aperfeiçoamento dos processos, metodologias e práticas de auditoria;
- **Orientação a Resultados:** Foco na entrega de produtos e serviços que efetivamente agreguem valor à gestão e contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais;
- **Comunicação Efetiva:** Compromisso com a clareza, objetividade e tempestividade na comunicação dos achados, conclusões e recomendações;
- **Colaboração Institucional:** Promoção de relacionamento construtivo e cooperativo com as unidades auditadas e demais órgãos da administração municipal.

O presente Plano Anual de Auditoria Interna foi elaborado em estrita consonância com a missão, visão e valores da Auditoria Geral. As ações planejadas para o exercício de 2026 refletem o compromisso da unidade com a excelência técnica, a relevância estratégica e a contribuição efetiva para o fortalecimento da governança e da gestão pública municipal.

Ao direcionar seus esforços para as áreas de maior risco e relevância, a Auditoria Interna materializa sua missão de agregar valor à administração. Ao adotar metodologias modernas e baseadas em evidências, avança em direção à sua visão de consolidação como unidade de referência. E ao pautar todas as suas

ações pelos valores institucionais estabelecidos, assegura a credibilidade, legitimidade e efetividade de sua atuação.

É imperativo ressaltar que o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2026, embora elaborado com base em um rigoroso processo metodológico de Auditoria Baseada em Riscos, possui caráter dinâmico e flexível. Considerando o contexto de reestruturação institucional e fortalecimento da Controladoria Geral do Município de Macaé, que inclui a potencial integração de novos servidores oriundos de concurso público, o plano poderá sofrer ajustes e redefinições ao longo do ano. Tais alterações serão necessárias para realinhar as prioridades de auditoria à nova capacidade operacional da equipe, bem como para incorporar riscos emergentes ou demandas estratégicas da Alta Administração que se manifestem após a aprovação inicial do PAAI, garantindo a permanente relevância e eficácia da função de Auditoria Interna.

3. ALOCAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da Auditoria Geral para o exercício de 2026 será organizada considerando quatro dimensões de atuação: atividades de auditoria interna, ações de gestão, ações de capacitação e reserva técnica.

Visando otimizar a alocação dos recursos humanos disponíveis, a Auditoria Interna Municipal adota a escala de medida denominada Profissional Dia Auditoria (PDA), que representa o esforço equivalente a um dia de trabalho de um servidor da Auditoria Geral.

Considerando que a força de trabalho da Auditoria Geral desempenha tanto atividades finalísticas quanto administrativas, a métrica Profissional Dia Auditoria (PDA) foi aplicada não apenas para mensurar o esforço necessário ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas às atividades de auditoria interna, mas também para dimensionar as ações de gestão da unidade e de capacitação das equipes.

Para estabelecer a quantidade de PDAs disponíveis na Auditoria Geral no exercício, foram adotados os seguintes critérios:

- a) Na apuração dos dias úteis do ano, foram deduzidos a média dos períodos de afastamento dos servidores da controladoria no último exercício, bem como o período correspondente a direitos assegurados por lei (férias, fruição de serviços eleitorais, afastamentos para tratamento de saúde, entre outros);
- b) Na apuração da força de trabalho da Auditoria, foram excluídos do cômputo os ocupantes dos cargos de gestão, assim como os servidores administrativos, uma vez que exercem atribuições de supervisão, coordenação, assessoramento e suporte às atividades da Auditoria.



Com base nesses critérios, realizou-se o levantamento dos PDAs disponíveis para alocação nas ações que compõem este Plano de Auditoria Interna. O quadro a seguir demonstra a metodologia utilizada para esse cálculo.

Apuração dos Dias Úteis Líquidos		Apuração da Força de Trabalho da Auditoria	
Total de dias úteis do ano	241	Quantidade de servidores da Auditoria	7
(-) média dos afastamentos	34	(-) Subcontrolador, Coordenadores (-) Servidores Administrativos	2
Total de Dias Úteis Líquidos	207	Total da Força de Trabalho	5
Apuração do PDAs disponíveis			1035
PDAs = Dias Úteis Líquidos X Força de Trabalho			

Dessa forma, para o exercício de 2026, foram considerados 207 dias úteis líquidos e um quadro de 5 servidores disponíveis para a execução das ações previstas neste plano, totalizando 1035 Profissionais Dia Auditoria (PDA). A tabela a seguir apresenta os percentuais de alocação dos PDAs em cada dimensão de atuação:

		% PDAs Alocados	Números de PDAs Alocados
	Atividades de Auditoria Interna	75%	777
	Gestão	10%	103
	Capacitação	10%	103
	Reserva Técnica	5%	52
	Total	100%	1035

Foi estimado uma média de 66 dias úteis com uma equipe de 3 auditores para cada auditoria realizada, totalizando 198 PDAs por auditoria. Como o número de PDAs alocados para atividades de auditoria interna é de 777, a quantidade de auditorias estimadas para o ano de 2026 é de 3, conforme o

quadro abaixo.

Obs.: O número de PDAs para execução da auditoria pode variar para mais ou para menos, dependendo da complexidade da auditoria.

Quantidade Estimada de Auditorias Realizadas	
Média de Dias Úteis por Auditoria	66
Tamanho da Equipe de Auditoria	3
Total de Dias Úteis por Auditoria	198
Número Estimado de Auditorias Realizadas	3



4. DIMENSÕES DO PLANO

4.1. Dimensão atividade de Auditoria Interna

Consiste na indicação dos trabalhos da área-fim das secretarias executantes que serão executados pelas suas coordenadorias no transcorrer do exercício e corresponde ao Plano Anual de Auditoria de 2026.

No âmbito desta Auditoria Geral consideram-se atividades de auditoria os processos de avaliação e de consultoria, subdivididos nas seguintes modalidades:



- **Auditoria:** avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia preestabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas.



- **Auditoria nas Contas:** compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que comporão o processo de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Macaé, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.



- **Levantamento:** ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Auditoria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados. Podendo servir como base para melhoria dos processos governamentais e complementar outros procedimentos.



- **Monitoramento:** ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.



- **Consultoria:** atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à Alta Administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os

objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

No ano de 2026 as auditorias serão realizadas nas secretarias listadas no Anexo IV. Levando-se em consideração a disponibilidade de aproximadamente **75%** do total de PDAs, correspondendo a **1035 Profissionais Dia Auditoria** para atuação da Auditoria Geral, conforme demonstrado no Anexo I. Considera-se ainda que o Controle Interno de Macaé está em reformulação e deve ter a chegada de novos profissionais oriundos de concurso público que também deverão passar por treinamento e integrarão posteriormente o Órgão Central de Controle Interno.

4.2. Dimensão de Gestão

A Dimensão Gestão tem como objetivo desenvolver e fortalecer a atuação da atividade de auditoria interna da Prefeitura em relação aos processos de trabalho, às relações institucionais, à normatização da atividade de auditoria interna e ao alinhamento aos padrões internacionais.

Esta dimensão contempla o conjunto de ações que serão executadas no exercício, as quais estão vinculadas aos objetivos estratégicos da Auditoria Geral e diretamente relacionadas ao projeto estratégico do Órgão Central de Controle Interno e às iniciativas estruturantes necessárias para execução e aprimoramento das atividades da unidade de Auditoria Interna Dessa forma, foram reservados **10%** da força de trabalho disponível para o ano de 2026, equivalente a **103 PDAs**, para a realização das ações da dimensão de gestão, conforme demonstrado no Anexo I deste documento.

4.3. Dimensão de Capacitação

A Dimensão Capacitação tem como finalidade apresentar os programas de capacitação e desenvolvimento de seus auditores, com o objetivo de impulsionar o cumprimento da missão e a realização das estratégias previstas no Plano

Estratégico de 2026 do Órgão Central de Controle Interno, às quais a Auditoria Interna deve se manter alinhada. Foram previstos **103 PDAs** para 5 servidores da Auditoria Interna, não incluindo neste cálculo os ocupantes dos cargos de Subcontrolador(a) e de coordenadores, bem como os servidores administrativos. Esse total corresponde a **10%** da força de trabalho disponível para o ano.

Foram selecionadas 05 ações de capacitação que subsidiarão o desenvolvimento dos conhecimentos básicos dos seus colaboradores. Os cursos serão focados em auditoria interna, abordando o ciclo básico de auditoria para que haja nivelamento do conhecimento entre os colaboradores de auditoria.

As ações de capacitação selecionadas foram:

- Treinamento sobre atividade de auditoria;
- Treinamento sobre o planejamento da auditoria;
- Treinamento sobre a execução da auditoria;
- Treinamento sobre a comunicação da auditoria;
- Treinamento sobre o monitoramento da auditoria.

As demandas não programadas ou excedentes poderão ser atendidas por cursos internos, da Escola do Servidor de Macaé, ou cursos externos, como os cursos oferecidos pela Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ.

Ressalte-se que a execução do plano de capacitação dos servidores da Auditoria segue as diretrizes do Órgão Central de Controle Interno, da Escola do Servidor e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, inclusive quanto à contratação das ações e à disponibilização das vagas.

4.4. Dimensão de Reserva Técnica

A Dimensão Reserva Técnica é constituída pela alocação de tempo de trabalho (PDAs) não comprometida com as ações previamente planejadas nas dimensões de Auditoria Interna, Gestão e Capacitação.

O objetivo desta dimensão é conferir flexibilidade ao PAAI 2026, permitindo à Auditoria Geral responder de forma ágil e eficiente a eventos imprevistos,

demandas urgentes não programadas ou alterações no ambiente de riscos que possam surgir durante o exercício.

Para o exercício de 2026, foi alocado **5%** da força de trabalho disponível, totalizando **52 PDAs**, para a Reserva Técnica.

A utilização da Reserva Técnica será submetida à aprovação do Controlador Geral do Município e poderá ser destinada para as seguintes finalidades, entre outras, mediante justificativa formal:

- **Atendimento a Demandas Não Programadas:** Realização de trabalhos de auditoria ou consultoria solicitados pela Alta Administração ou órgãos de controle externos que exigem resposta imediata e não possam ser absorvidos pela programação regular;
- **Cobertura de Riscos Emergentes:** Alocação de recursos para investigar e avaliar riscos que se materializem ou que se tornem críticos após a aprovação do PAAI;
- **Apoio a Projetos Estratégicos:** Contribuição com recursos de auditoria para iniciativas estratégicas do Município que exijam um acompanhamento mais próximo do que o inicialmente previsto;
- **Complementação de Trabalhos:** Aumento do escopo ou do tempo dedicado a auditorias em curso que revelem maior complexidade ou requeiram investigações adicionais.

A gestão transparente da Reserva Técnica assegura que o PAAI, apesar de planejado com rigor, mantenha a adaptabilidade necessária para ser um instrumento relevante e responsivo às dinâmicas da administração pública municipal.

5. SELEÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS

O Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2026 foi elaborado com base na metodologia de **Auditoria Baseada em Riscos (ABR)**, abordagem contemporânea e amplamente reconhecida que prioriza a alocação dos recursos de auditoria nas áreas de maior relevância e exposição a riscos para a organização.

A ABR representa uma evolução significativa em relação aos modelos tradicionais de auditoria, que frequentemente se baseavam em critérios como rotatividade temporal ou cumprimento de obrigações legais. Ao adotar uma perspectiva orientada por riscos, a Auditoria Geral assegura que seus esforços sejam direcionados estrategicamente para as áreas que apresentam maior potencial de impacto sobre os objetivos institucionais, maximizando assim o valor agregado de sua atuação.

O processo de seleção compreendeu as seguintes etapas:



1. **Alinhamento com a Governança** - Nesta etapa inicial, a auditoria interna deve compreender profundamente a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da organização. Inclui reuniões com a Alta Administração, para entender as prioridades estratégicas, o apetite e tolerância ao risco definidos, o ambiente regulatório e as expectativas das partes

interessadas. É fundamental mapear a estrutura de governança (modelo IIA das três linhas), identificar as principais partes interessadas e estabelecer os critérios que guiarão todo o processo de auditoria. Esta etapa garante que os esforços de auditoria estejam alinhados com as expectativas da organização.

2. **Identificar os Riscos** - Processo sistemático de identificação de riscos em várias dimensões da organização: estratégicos, operacionais, financeiros, de conformidade, tecnológicos, reputacionais. Utiliza múltiplas técnicas como análise de documentos estratégicos, levantamento, revisão de incidentes passados, benchmarking setorial e análise de tendências. Considera tanto riscos internos quanto externos, emergentes e conhecidos. O resultado é um inventário de riscos que alimentará o universo de auditoria, documentado em uma matriz ou registro de riscos que servirá de base para as etapas seguintes.
3. **Analisar e Classificar os Riscos** - Avaliação detalhada dos riscos utilizando metodologias do COSO e ISO 31000. Analisa-se a probabilidade (frequência esperada) e o impacto (severidade das consequências) considerando múltiplas dimensões: financeira, operacional, reputacional, legal e estratégica. Utiliza-se escalas de classificação, resultando em uma matriz de riscos que posiciona cada risco em termos de criticidade.
4. **Priorizar as Demandas** - Processo de tomada de decisão que transforma a análise de riscos em um plano de ação executável. Considera múltiplos fatores: tempo desde a última auditoria, mudanças significativas em processos ou sistemas, requisitos regulatórios, solicitações da Alta Administração e complexidade das auditorias. Aplica-se uma metodologia de pontuação para ranquear as áreas auditáveis, balanceando cobertura de riscos críticos com viabilidade operacional.
5. **Consolidar Técnicas de Auditoria Baseada em Riscos** - Etapa de preparação metodológica onde se estabelece o "como" as auditorias serão executadas. Inclui a seleção e consolidação de técnicas de auditoria apropriadas para cada tipo de risco: auditoria de conformidade, auditoria operacional, auditoria financeira, levantamento etc. Define-se a estrutura de avaliação de controles internos, critérios de amostragem estatística, uso de ferramentas tecnológicas (Power BI entre outros), técnicas de auditoria

contínua e automação. Também inclui a definição de competências necessárias da equipe e eventual necessidade de especialistas externos. Esta consolidação garante consistência, qualidade e eficiência na execução das auditorias, alinhando as técnicas aos riscos específicos de cada área auditável.



6. **Informações para o PAAI** - Desenvolvimento do planejamento temporal e operacional do PAAI, transformando as prioridades definidas em um calendário executável. Inclui a distribuição estratégica das auditorias ao longo dos 12 meses, considerando sazonalidade dos processos de negócio, disponibilidade das áreas auditadas, férias e feriados, prazos regulatórios e eventos organizacionais relevantes. Estabelece pontos críticos para confecção do PAAI. O cronograma é apresentado pela Auditoria Geral do Município e aprovado pela Alta Gestão, servindo como instrumento de governança e prestação de contas da função de auditoria interna. Esta etapa garante viabilidade operacional e transparência na execução do plano.

Como resultado desse processo metodológico rigoroso e tecnicamente fundamentado, foram selecionadas para auditoria no exercício de 2026 as dez unidades que apresentam maior exposição a riscos e maior potencial de contribuição da auditoria para o aperfeiçoamento da gestão municipal.

A relação completa das secretarias selecionadas, com a respectiva alocação de recursos e cronograma de execução, encontram-se detalhadas nas seções subsequentes deste Plano. Cada trabalho programado foi dimensionado considerando sua complexidade, abrangência e os objetivos específicos a serem alcançados, assegurando que a Auditoria disponha de condições adequadas para entregar produtos de qualidade que efetivamente agreguem valor à administração municipal.

A adoção da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos reafirma o compromisso da Auditoria com a excelência técnica, a relevância estratégica e o uso eficiente dos recursos públicos, consolidando sua posição como ferramenta essencial de governança e controle no âmbito do Município de Macaé.

Como anteriormente nunca houve um planejamento baseado em riscos, nesse primeiro momento, o foco foi em uma análise macro dos riscos associados às diversas unidades executoras que compõem a administração pública de Macaé. As diretrizes escolhidas para o levantamento dos riscos encontram-se no Anexo II.

5.1. Metodologia de Classificação da Matriz de Riscos

A classificação de risco utiliza uma **Média Ponderada Normalizada** para os indicadores disponíveis, ajustada por um **Fator de Criticidade Máxima**. Esta metodologia visa mitigar o efeito de diluição (onde riscos graves são escondidos por boas notas em outras áreas), alinhando-se às melhores práticas de ABR e à norma ISO 31000.

Indicadores de Impacto:

- i. Materialidade Orçamentária e de Contratações (Peso: 40%)
- ii. Baixa Execução Orçamentária (Peso: 20%)
- iii. Alto Volume de Representações no TCE-RJ (Peso: 40%)

Indicadores de Probabilidade:

- i. Índice de Denúncias na Ouvidoria (Peso: 15%)
- ii. Alta Rotatividade de Servidores (Peso: 15%)
- iii. Volume e Percentual de Aditivos Contratuais (Peso: 15%)
- iv. Concentração de Fornecedores (Peso: 15%)
- v. Número Elevado de Contratações Diretas (Peso: 20%)
- vi. Alto Volume de Recomendações (Peso: 20%)

Obs.: Sendo este o primeiro ano de implementação da matriz de risco, muitos indicadores inicialmente pensados não puderam ser formulados. Solicitações de informações e criação de controles já foram encaminhadas para que no ano de 2026 o trabalho seja aprimorado ainda mais.

Depois de calculados os subtotais de impacto (I) e de probabilidade (P), esses subtotais são então multiplicados um pelo o outro para obtenção da nota final de risco. Essa nota varia de 1 a 25 e é classificada da seguinte maneira:

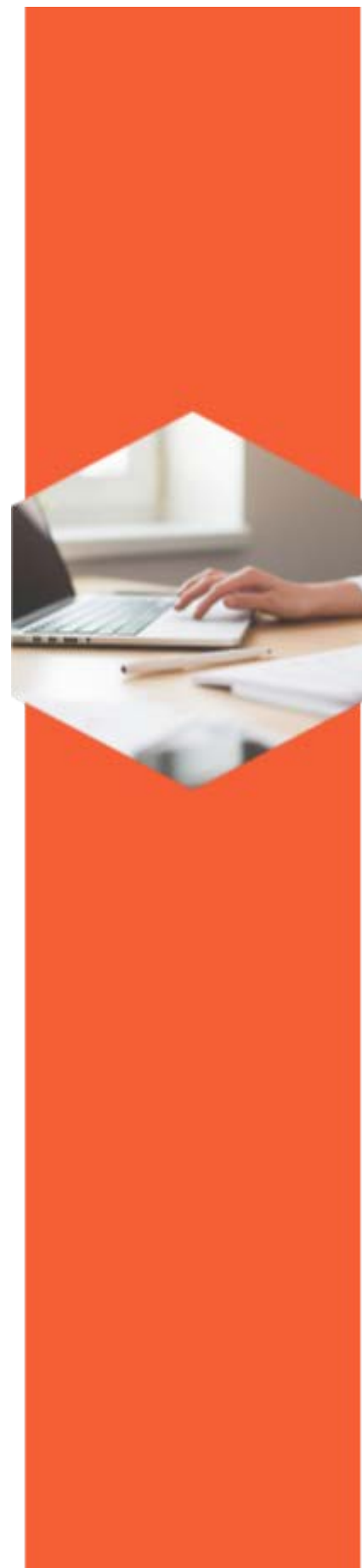
Classificação Final do Risco:

- **1 a 5:** Muito Baixo
- **5,1 a 10:** Baixo
- **10,1 a 15:** Moderado
- **15,1 a 20:** Alto
- **20,1 a 25:** Muito Alto

Categorização das Unidades Auditáveis:

Cada unidade auditável foi categorizada segundo seu orçamento em uma Curva ABC. A Curva ABC é uma ferramenta de análise estratégica utilizada para identificar como os recursos financeiros estão distribuídos entre as diferentes unidades de uma organização, permitindo segmentá-las com base em sua **materialidade**. Na prática, sua aplicação ocorre através do ordenamento das unidades (como secretarias municipais) pelo volume de orçamento previsto, do maior para o menor, classificando-as em três grupos: a **Categoria A**, composta pelas poucas unidades que detêm cerca de 80% do orçamento; a **Categoria B**, que representa até 95% do valor acumulado; e a **Categoria C**, que abrange os 5% finais dos recursos. Nosso objetivo é selecionar, sempre que possível, representantes de todas as categorias (A, B e C).

Esta metodologia serve para que a Auditoria Interna direcione seus esforços de forma inteligente e proativa, priorizando as áreas de maior impacto financeiro sem abrir mão de uma cobertura abrangente, garantindo que mesmo as



unidades menores recebam assessoria para manter seus processos em conformidade.

Resultado da Priorização:

Com base na matriz de riscos consolidada, as unidades foram classificadas e priorizadas para auditoria em 2026. A seleção final considerou não apenas a nota de risco, mas também a capacidade operacional da equipe, a complexidade dos trabalhos e a necessidade de cobertura equilibrada entre as diferentes áreas da administração municipal.

A partir da aplicação da metodologia de avaliação de riscos estabelecida para o exercício de 2026, foram identificadas as dez Secretarias Municipais que apresentam os maiores fatores de risco. Essa classificação considera critérios como materialidade orçamentária, relevância estratégica, criticidade operacional e histórico de inconsistências detectadas em exercícios anteriores.

Abaixo é apresentada parte da Matriz de Riscos Consolidada contendo as 10 unidades com maior nota de risco total. A matriz completa pode ser encontrada no Anexo IV.

Matriz de Risco Consolidada					
Unidade Auditável	Subtotal de Impacto (I)	Subtotal de Probabilidade (P)	Total (I x P)	Classificação	Categoria
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4,72	3,87	18,25	Alto	A
Secretaria Municipal de Educação	4,76	3,82	18,18	Alto	A
Secretaria Municipal de Saúde	4,81	3,76	18,10	Alto	A
Secretaria Municipal de Fazenda	4,42	3,41	15,07	Alto	B
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	3,60	4,16	14,96	Moderado	C
Secretaria Municipal de Administração	3,47	4,19	14,53	Moderado	C
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Acessibilidade e Economia Solidária	3,63	3,58	12,99	Moderado	B
Secretaria Municipal de Turismo	3,40	3,59	12,21	Moderado	B
Secretaria Municipal de Ordem Pública	3,43	3,54	12,14	Moderado	B
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	4,37	2,69	11,77	Moderado	B

As dez Secretarias Municipais apresentadas na Matriz de Risco Consolidada acima, não representam um rol fechado de unidades a serem auditadas, mas sim o universo de maior risco identificado neste primeiro ciclo de aplicação da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR). Considerando a natureza incipiente da gestão de riscos no Município de Macaé e o fato de este ser o primeiro ano da Auditoria adotando a abordagem da ABR, a seleção dessas dez unidades visa conferir o necessário grau de flexibilidade ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) de 2026.

Dessa forma, estas unidades serão priorizadas para a seleção dos **três trabalhos** de auditoria previstos no plano, podendo ser escolhidas individualmente ou em conjunto, conforme a necessidade da governança e a capacidade operacional da equipe. Adicionalmente, para garantir uma cobertura abrangente e estratégica, a seleção final dos objetos de auditoria buscará incluir, sempre que viável, pelo menos uma unidade de cada Categoria (A, B e C), conforme a Curva ABC, assegurando que o controle interno atue tanto nas áreas de maior materialidade financeira quanto nas unidades de risco relevante, independentemente do seu volume orçamentário.

O ranking orienta diretamente a seleção das unidades que serão objeto de auditoria ao longo do ano, permitindo que o sistema de controle interno direcione seus recursos técnicos e humanos para as áreas de maior vulnerabilidade e potencial impacto na gestão pública municipal. Dessa forma, garante-se uma atuação preventiva e estratégica, focada na mitigação dos riscos mais significativos identificados no ambiente de controle.



MATERIALIDADE



RELEVÂNCIA



RISCO

5.2. Alocação de Recursos para os Trabalhos de Auditoria

A alocação de recursos para as três auditorias programadas no PAAI 2026 reflete o compromisso da Auditoria Geral com a eficiência e o planejamento estratégico, garantindo que cada trabalho receba o esforço necessário para produzir resultados de alta qualidade.

O planejamento estabelece a utilização de **75%** da força de trabalho total disponível, o que corresponde a **777 Profissionais Dia Auditoria (PDAs)**, exclusivamente para as atividades finalísticas de auditoria.

Com base em uma estimativa de esforço médio, que considera a complexidade e abrangência típicas de uma auditoria em unidades da administração municipal, definiu-se que:

- **Duração Estimada:** O tempo dedicado por auditor em cada trabalho é de **66 dias úteis**.
- **Composição da Equipe:** Uma equipe de auditoria será composta por **3 membros**.
- **Esforço por Trabalho:** Cada uma das três auditorias previstas terá um esforço total alocado de **198 PDAs**.

A distribuição desses recursos ao longo do exercício está estruturada para garantir uma cobertura constante e cadenciada, conforme detalhado no cronograma:

Cronograma de Auditorias e Alocação de PDAs		
Trabalho de Auditoria	PDAs Alocados	Previsão de Execução
Auditoria na Unidade 1	198	1º Quadrimestre
Auditoria na Unidade 2	198	2º Quadrimestre
Auditoria na Unidade 3	198	3º Quadrimestre
Total	594	

O saldo remanescente de 183 PDAs, após a alocação para as três auditorias programadas (777 PDAs - 594 PDAs), representa uma margem de segurança operacional crucial para a execução do PAAI 2026. Este recurso não comprometido destina-se primariamente a absorver quaisquer necessidades de tempo adicionais que surjam durante a execução dos trabalhos planejados, garantindo a conclusão de auditorias complexas com o rigor técnico exigido, sem comprometer a programação subsequente. Adicionalmente, este tempo será utilizado para cobrir outras atividades essenciais da Auditoria Geral, como levantamentos, monitoramentos, consultorias e demais demandas não programadas. Conforme a avaliação da Alta Administração e a manifestação de riscos não previstos, este excedente poderá ser somado à Reserva Técnica, fortalecendo a capacidade da Auditoria Geral de responder a demandas urgentes e estratégicas que possam emergir ao longo do exercício.

CONCLUSÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2026 da Auditoria Geral do Município de Macaé é um instrumento estratégico fundamental para o contínuo aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da administração municipal. Este documento é resultado de um trabalho técnico e fundamentado, que busca alinhar as atividades da Auditoria Interna com as prioridades da Administração, utilizando a metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR).

Ao direcionar os recursos para as áreas de maior relevância e criticidade o PAAI 2026 garante que a atuação do controle interno seja focada em ações preventivas e estratégicas, agregando valor à gestão pública.

O ano de 2026 será significativo para a Auditoria Geral de Macaé, pois consolida a aplicação da Auditoria Baseada em Riscos. Os três trabalhos de auditoria programados, selecionados a partir das dez unidades de maior risco, têm como meta não apenas verificar a conformidade, mas, principalmente, contribuir para a melhoria dos processos. Espera-se que, por meio desses trabalhos e das ações de consultoria e monitoramento, a Auditoria reforce seu papel como um apoio estratégico, fornecendo segurança razoável e recomendações que promovam a eficiência, a eficácia e a transparência.

Em síntese, o PAAI 2026 representa o compromisso contínuo da Auditoria Geral com a qualidade técnica, a responsabilidade e a proteção do patrimônio público, sendo um componente relevante na trajetória de modernização e boa governança do Município de Macaé. Sua execução fornecerá dados essenciais para o ciclo de avaliação e aprimoramento constante dos processos de auditoria nos anos seguintes.



ANEXOS

ANEXO I - Força de Trabalho da Auditoria Geral

Apuração dos dias úteis		Apuração da força de trabalho Auditoria	
Total de dias úteis do ano	241	Quantidade de servidores da Subcontroladoria	7
(-) Férias	22	(-) Subcontrolador, Coordenadores	1
(-) Licença Médica	5	(-) Servidores Administrativos	1
(-) Justiça Eleitoral	7		
Total de dias úteis líquidos	207	Total da Força de Trabalho	5

Apuração de PDAs Disponíveis	1035
-------------------------------------	------

Dimensões	% PDAs Alocados	Números de PDAs Alocados
Atividades de Auditoria Interna	75,00%	776,25
Gestão	10,00%	103,5
Capacitação	10,00%	103,5
Reserva Técnica	5,00%	51,75
Total	100,00%	1035

Atividades de Auditoria Interna	% PDAs*	Números de PDAs Auditoria Alocados
Auditoria, Auditoria de Contas Anuais e Análises Mandatórias	80,00%	621
Monitoramento	10,00%	77,625
Consultoria	10,00%	77,625
Total	100,00%	776,25

*As % de PDAs para cada Atividade de Auditoria Interna podem ser alteradas devido à demanda

Média de Dias Úteis por Auditoria	66
Tamanho da Equipe de Auditoria	3
Total de Dias Úteis por Auditoria	198
Número de Auditorias Realizadas	3

ANEXO II - Implementação da Auditoria Baseada em Riscos em Macaé - 2025

Construindo o Primeiro Plano de Auditoria Baseado em Riscos de Macaé

As Diretrizes Estratégicas para a Análise Macro de Riscos

Pela primeira vez, a administração pública de Macaé adota uma abordagem de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) para seu planejamento. Esta apresentação detalha as diretrizes e a metodologia objetiva que utilizamos para realizar a primeira análise macro dos riscos associados às nossas unidades executoras. O objetivo é transformar o controle interno em um parceiro estratégico, focando nossos recursos onde eles podem gerar maior valor público.

Uma Mudança de Foco: Da Conformidade Tradicional à Inteligência de Controle

A Auditoria Baseada em Riscos (ABR) representa uma evolução fundamental. Saímos de um modelo focado em verificar a conformidade de tudo — um processo insustentável — para uma abordagem que direciona os esforços para as áreas onde os riscos podem gerar maior impacto nos objetivos da administração.



Verificação de Conformidade

- Foco no passado (processos concluídos).
- Esforços distribuídos de forma uniforme.
- Risco de desperdiçar recursos em áreas de baixo impacto.



Foco no que Realmente Importa

- Atuação preventiva e estratégica.
- Priorização baseada em dados e riscos objetivos.
- Alocação inteligente de recursos para maximizar a proteção e a geração de valor.

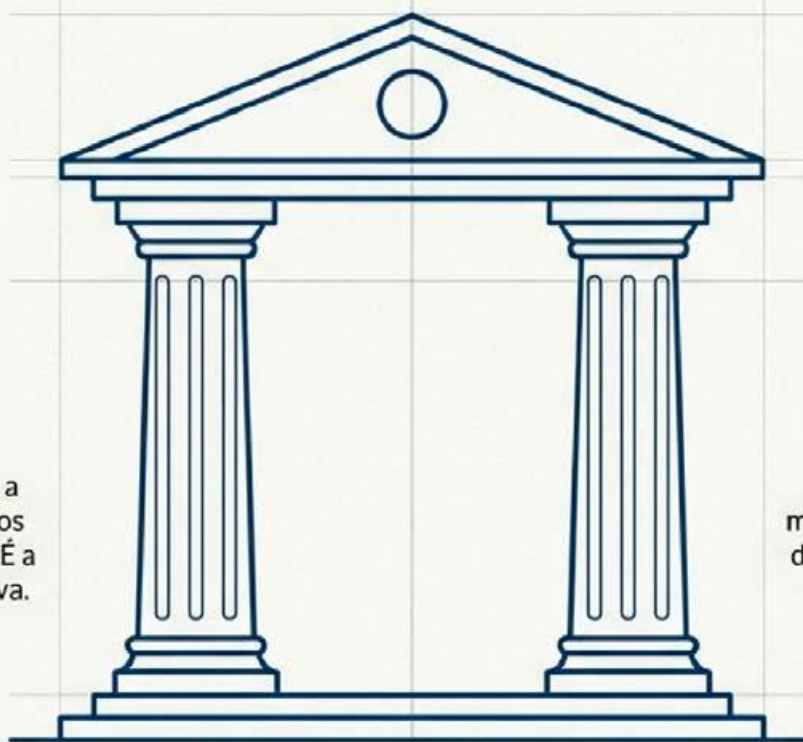
A Base da Nossa Análise: Os Dois Pilares da Avaliação de Risco

Para garantir uma avaliação abrangente e equilibrada, nossa metodologia de risco macro se apoia em dois pilares fundamentais. Eles nos permitem avaliar não apenas a integridade dos processos, mas também a sua capacidade de entregar resultados efetivos para o cidadão.



Governança e Transparência

Mede a robustez dos processos, a conformidade e a exposição a riscos de má gestão, fraudes ou desvios. É a base da integridade administrativa.



Desempenho e Resultados

Avalia a eficiência e a eficácia da máquina pública. Foca em transformar dados de execução em insights sobre a entrega de políticas públicas.

Pilar 1: Decodificando Riscos de Governança e Transparência

Dentro deste pilar, analisamos quatro fatores críticos que revelam a exposição de uma unidade a riscos de integridade e conformidade.



Volume de Recursos (Materialidade)

Avalia onde a concentração de dinheiro público é maior. O risco de perda financeira é proporcional ao orçamento gerenciado.



Vulnerabilidade (Relevância)

Mede a suscetibilidade a falhas, considerando o histórico de denúncias (Ouvidoria), a estabilidade da equipe e o escrutínio de órgãos de controle externo (TCE-RJ).



Fragilidade do Controle (Criticidade)

Identifica a ineficácia dos controles internos. Um histórico de auditorias com falhas recorrentes sinaliza processos frágeis.



Complexidade Legal (Criticidade)

Analisa setores com alta regulação ou mudanças legislativas recentes (ex: Nova Lei de Licitações, LGPD), onde o risco de não conformidade é elevado.

Pilar 2: Medindo Riscos de Desempenho e Resultados

Neste pilar, utilizamos métricas que aferem a eficiência da gestão. O objetivo é identificar onde os processos estão falhando em gerar os resultados esperados.



Baixa Execução Orçamentária

Sinaliza falhas de planejamento ou capacidade operacional. Aponta o risco de políticas públicas essenciais não serem implementadas.



Volume de Contratações

Mede a exposição ao risco em compras públicas. Um volume maior aumenta a probabilidade de irregularidades.



Economicidade / Vantajosidade

Um número elevado de aditivos contratuais é um forte sinal de falhas no planejamento inicial, com risco de gastos excessivos.



Falha na Execução Contratual

Um histórico de falhas na fiscalização de contratos indica um risco sistêmico, possivelmente por problemas na capacitação dos fiscais.



Não Cumprimento de Recomendações

Quando alertas da auditoria são ignorados, o risco de recorrência é máximo. Sinaliza fragilidade na estrutura de controle e responsabilização.

A Lógica do Cálculo: Como Transformamos Indicadores em Risco

Cada indicador que analisamos é classificado em uma de duas dimensões fundamentais. A combinação dessas dimensões nos permite calcular uma pontuação de risco objetiva para cada unidade executora.

Passo 1: Classificação dos Indicadores



PROBABILIDADE

A chance de uma falha ocorrer.

Alto volume de denúncias, muitos aditivos contratuais, recomendações não cumpridas.

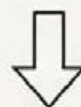
+



IMPACTO

A consequência da falha, caso ocorra.

Materialidade orçamentária, baixa execução orçamentária, apontamentos do TCE-RJ.



Passo 2: A Fórmula do Risco

$$\text{Risco Total} = \text{Média de Probabilidade (P)} \times \text{Média de Impacto (I)}$$

Atribuímos uma nota de 1 (baixo) a 5 (alto) para cada indicador. Calculamos a média para Probabilidade e para Impacto, e então multiplicamos os resultados para obter a pontuação final de risco de cada unidade.

Nossos Indicadores: A Divisão Entre Probabilidade e Impacto

A seguir, apresentamos a lista completa dos indicadores macro utilizados nesta primeira análise e como cada um contribui para as dimensões de Probabilidade e Impacto.

Indicadores de PROBABILIDADE (Chance de falha)

- Índice de Denúncias na Ouvidoria
- Alta Rotatividade de Servidores
- Volume e Percentual de Aditivos Contratuais
- Concentração de Fornecedores
- Número Elevado de Contratações Diretas
- Alto Volume de Recomendações (Economicidade, Legalidade)

Indicadores de IMPACTO (Consequência da falha)

- Materialidade Orçamentária e de Contratações
- Baixa Execução Orçamentária
- Representações no TCE-RJ

O Resultado: A Matriz de Riscos para Priorização do Universo Auditável

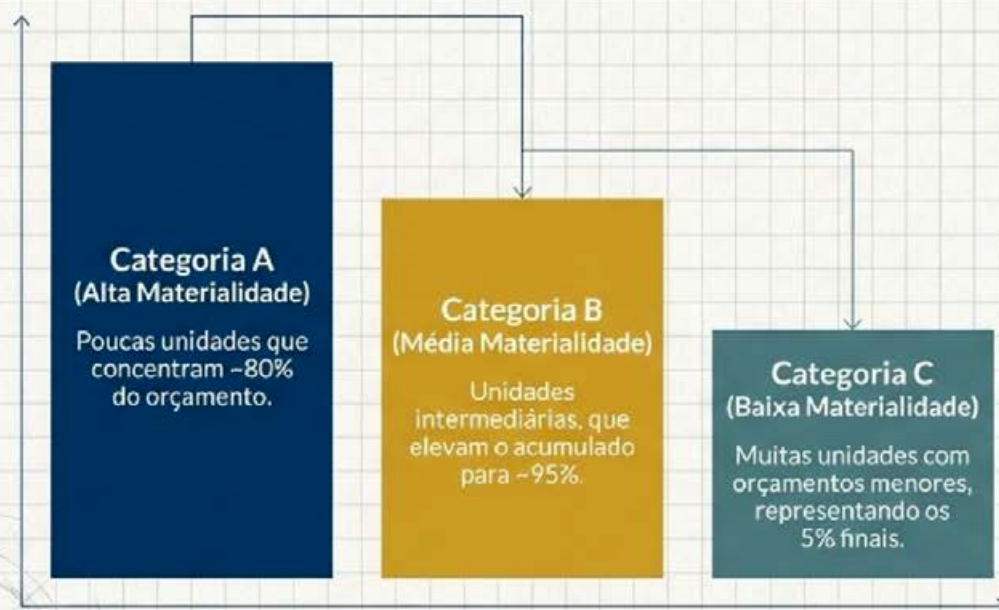
Ao aplicar a fórmula ($P \times I$) a cada unidade, geramos uma classificação que ordena o universo auditável do maior para o menor risco. Isso nos permite visualizar claramente onde os esforços de auditoria são mais necessários.

Unidade / Processo Auditável	Subtotal de Impacto (I)	Subtotal de Probabilidade (P)	Total (I x P)	Classificação de Risco
Secretaria Mun. de Educação	4,25	4,13	17,53	Alto
Secretaria Mun. de Saúde	4,50	3,57	16,07	Alto
Secretaria Mun. de Infraestrutura	4,00	3,14	12,57	Moderado
Secretaria Mun. de Cultura	3,33	3,14	10,48	Moderado
Secretaria Mun. de Administração	2,67	2,71	7,24	Baixo
Secretaria Mun. de Esportes	2,00	3,00	6,00	Baixo

 20,1 a 25 = Muito Alto  15,1 a 20 = Alto  10,1 a 15 = Moderado  5,1 a 10 = Baixo  1 a 5 = Muito Baixo

Além do Risco: Garantindo a Cobertura com a Análise de Materialidade (Curva ABC)

O principal critério de seleção é a **Matriz de Riscos**. No entanto, utilizamos a Curva ABC (classificação das unidades por volume de orçamento) como uma lente de análise complementar. Nosso objetivo é selecionar, sempre que possível, representantes de todas as categorias (A, B e C) para o plano anual.



Mesmo unidades com menor orçamento possuem processos críticos. Ao incluir representantes de todas as categorias no plano, a Controladoria atua para **proteger e assessorar** toda a administração, garantindo que, independentemente do tamanho, o gestor tenha segurança em seus processos.

Da Matriz de Risco à Ação: A Base para o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)

A Matriz de Riscos é a espinha dorsal do nosso planejamento estratégico. Ela traduz um universo complexo de dados em uma ferramenta objetiva que serve como o filtro primário para a seleção das auditorias.



[Matriz de Riscos]



[Análise da Capacidade Operacional da Equipe]



[Elaboração do PAINT]

As unidades com maior pontuação de risco constituem a 'demanda qualificada' de auditoria. O confronto desta demanda com nossa capacidade real resulta no **PAINT**: um calendário de **ações** concreto, defensável e alinhado com os maiores riscos do município. Esta metodologia garante que o trabalho da auditoria interna seja investido onde ele gera o maior retorno para a sociedade macaense.

Matriz de Riscos na Auditoria: Entendendo os Indicadores

Indicadores de Probabilidade (O que aumenta a chance de falha?)



Gestão de Pessoal e Ouvidoria

Alto volume de denúncias e rotatividade de servidores sinalizam fragilidade e perda de conhecimento nos processos.



Fragilidades em Contratações

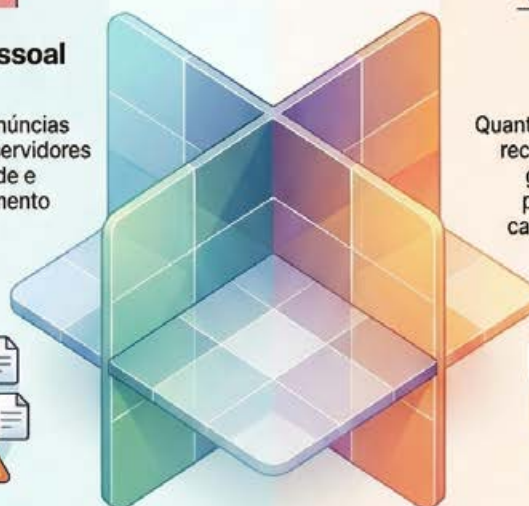
O excesso de aditivos, contratações diretas e alta concentração de fornecedores indicam falhas graves no planejamento.



Alertas e Recomendações

Um elevado número de recomendações ou questionamentos em editais aponta para falhas recorrentes nos controles internos.

A Auditoria Baseada em Riscos (ABR) prioriza áreas críticas usando indicadores objetivos para calcular **Risco Total** (**Probabilidade x Impacto**), transformando o controle interno em ferramenta estratégica e preventiva.



Indicadores de Impacto (Qual a gravidade da consequência?)



Materialidade Financeira

Quanto maior o volume de recursos orçamentários gerenciados, maior o prejuízo potencial em caso de irregularidade.



Eficácia das Políticas Públicas

A baixa execução orçamentária impacta diretamente a entrega de serviços essenciais e políticas públicas ao cidadão.



Risco Legal e Reputacional

Representações e alertas do TCE-RJ geram sanções graves, multas e danos à imagem da administração municipal.

Nível de Risco	Pontuação (P x I)	Prioridade de Auditoria
Alto	15,1 a 20	Máxima (1º Trimestre)
Moderado	10,1 a 15	Média (2º Trimestre)
Baixo	5,1 a 10	Monitoramento (3º Trimestre)

ANEXO III - Metodologia da Matriz de Riscos

Matriz de Riscos para Auditoria Baseada em Riscos (ABR)

A classificação de risco utiliza uma Média Ponderada Normalizada para os indicadores disponíveis, ajustada por um Fator de Criticidade Máxima. Esta metodologia visa mitigar o efeito de diluição (onde riscos graves são escondidos por boas notas em outras áreas), alinhando-se às melhores práticas de Auditoria Baseada em Risco (ABR) e à norma ISO 31000, garantindo que anomalias críticas tenham preponderância na priorização das ações de controle.

Os indicadores definidos são divididos em dois grupos: Indicadores de **Impacto** e Indicadores de **Probabilidade**.

Indicadores de Impacto:

- Materialidade Orçamentária e de Contratações;
- Baixa Execução Orçamentária;
- Alto Volume de Representações no TCE-RJ.

Indicadores de Probabilidade:

- Índice de Denúncias na Ouvidoria;
- Alta Rotatividade de Servidores;
- Volume e Percentual de Aditivos Contratuais;
- Concentração de Fornecedores;
- Número Elevado de Contratações Diretas;
- Alto Volume de Recomendações.

Para **cada grupo** é calculado um subtotal, de impacto e de probabilidade, respectivamente, conforme os seguintes passos:

1. Definição dos Pesos (W) de cada indicador (Ex: Materialidade=40%, Execução Orçamentária=20%, Representações no TCE-RJ=40%. Soma=100%).
2. É feita a média ponderada dos indicadores existentes para cada grupo. Soma-se os produtos das notas de cada indicador pertencente ao grupo com seu respectivo peso e divide pela soma dos pesos dos indicadores existentes:

$$M_{pond} = \frac{\sum_{i=1}^n (Nota_i \times W_i)}{\sum_{i=1}^n W_i}$$

Onde n é a cardinalidade do conjunto de indicadores existentes em um respectivo grupo (impacto ou probabilidade) e i o índice daquele indicador dentro do conjunto. O cálculo é efetuado para cada unidade do universo auditável.

3. Captura do Fator de Criticidade Máxima, que corresponde ao indicador com maior nota dentro daquele grupo de indicadores:

$$Nota_{max} = MAX(Nota_1, Nota_2, ..., Nota_n)$$

Onde n é a cardinalidade do conjunto de indicadores existentes no grupo (impacto ou probabilidade)

4. Calcula-se o Subtotal de cada grupo (Impacto e Probabilidade):

$$Subtotal_{grupo} = M_{pond} \times Nota_{max}$$

Após o cálculo do subtotal de **cada grupo**, é então calculada a nota total de risco.

5. Cálculo da nota total de risco (I x P):

$$Risco_{total} = Subtotal_{Impacto} \times Subtotal_{Probabilidade}$$

Classificação Final do Risco:

- **1 a 5:** Muito Baixo
- **5,1 a 10:** Baixo
- **10,1 a 15:** Moderado
- **15,1 a 20:** Alto
- **20,1 a 25:** Muito Alto

ANEXO IV - Matriz de Riscos

Unidade / Processo Auditável	Fatores de Risco Relacionados ao Impacto					
	Materialidade Orçamentária e de Contratações	Baixa Execução Orçamentária	Alto Volume de Representações no TCE-RJ	Peso Total Disponível	Média Ponderada	Subtotal de Impacto (I) (Média Ponderada com Fator de Criticidade Máxima)
Peso	40,00%	20,00%	40,00%	100,00%		
Agência Reguladora de Saneamento Básico do Município de Macaé	1,00	1,20		60,00%	1,07	1,13
Câmara Legislativa Macaé	3,55	3,53		60,00%	3,54	3,54
Controladoria Geral do Município	1,00	1,26	3,46	100,00%	2,04	2,75
Gabinete do Prefeito		1,20		20,00%	1,20	1,20
Gabinete do Vice-Prefeito				0,00%	1,00	1,00
Procuradoria Geral do Município	4,30	4,85		60,00%	4,48	4,66
Secretaria Municipal de Administração	3,05	3,68		60,00%	3,26	3,47
Secretaria Municipal de Agroeconomia	3,10	2,20		60,00%	2,80	2,95
Secretaria Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Clima	1,91	1,78		60,00%	1,87	1,89
Secretaria Municipal de Cultura	3,09	2,38		60,00%	2,86	2,97
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1,00	1,22	1,55	100,00%	1,26	1,41
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Acessibilidade e Economia Solidária	4,37	2,62	1,55	100,00%	2,89	3,63
Secretaria Municipal de Educação	5,00	2,63	5,00	100,00%	4,53	4,76
Secretaria Municipal de Esportes	2,54	2,54		60,00%	2,54	2,54
Secretaria Municipal de Fazenda	4,07	4,60		60,00%	4,25	4,42
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	2,64	2,20	4,07	100,00%	3,12	3,60
Secretaria Municipal de Governo	2,93	3,39	3,46	100,00%	3,23	3,35
Secretaria Municipal de Infraestrutura	5,00	2,20	5,00	100,00%	4,44	4,72
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	4,79	3,17	3,50	100,00%	3,95	4,37
Secretaria Municipal de Ordem Pública	3,32	2,69	3,57	100,00%	3,29	3,43
Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura	1,84	1,44		60,00%	1,71	1,78
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	1,00	1,31	1,88	100,00%	1,41	1,64
Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	1,40	1,40		60,00%	1,40	1,40
Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres	1,42	1,57		60,00%	1,47	1,52
Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal	2,83	3,33		60,00%	3,00	3,16
Secretaria Municipal de Saúde	5,00	3,10	5,00	100,00%	4,62	4,81
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda	1,59	2,73		60,00%	1,97	2,35
Secretaria Municipal de Turismo	3,50	2,62	3,46	100,00%	3,31	3,40

Unidade / Processo Auditável	Fatores de Risco Relacionados à Probabilidade								Subtotal de Probabilidade (P) (Média Ponderada com Fator de Criticidade Máxima)
	Índice de Denúncias na Ouvidoria	Alta Rotatividade de Servidores	Volume e Percentual de Aditivos Contratuais	Concentração de Fornecedores	Número Elevado de Contratações Diretas	Alto Volume de Recomendações (Economicidade, Legalidade e Legitimidade)	Peso Total Disponível	Média Ponderada	
Peso	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	20,00%	20,00%	100,00%		
Agência Reguladora de Saneamento Básico do Município de Macaé		2,81				1,56	35,00%	2,10	2,46
Câmara Legislativa Macaé							0,00%	1,00	1,00
Controladoria Geral do Município	2,71	2,07	1,40			1,86	65,00%	2,00	2,36
Gabinete do Prefeito	4,24	2,03					30,00%	3,13	3,69
Gabinete do Vice-Prefeito		5,00					15,00%	5,00	5,00
Procuradoria Geral do Município	2,43	1,67	1,00	1,00	1,50	2,90	100,00%	1,79	2,35
Secretaria Municipal de Administração	2,64	2,07	3,90	3,73	5,00	2,60	100,00%	3,37	4,19
Secretaria Municipal de Agroeconomia	2,09	1,85	3,45	3,40	1,00	2,81	100,00%	2,38	2,92
Secretaria Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Clima	4,18	1,71	2,42	1,00	1,00	2,20	100,00%	2,04	3,11
Secretaria Municipal de Cultura	2,01	1,52	2,99	2,89	4,25	2,79	100,00%	2,82	3,53
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		2,35		1,00	2,42	2,52	70,00%	2,13	2,33
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Acessibilidade e Economia Solidária	2,84	1,82	3,77	4,11	3,25	2,60	100,00%	3,05	3,58
Secretaria Municipal de Educação	3,08	1,38	4,20	4,78	1,58	2,60	100,00%	2,85	3,82
Secretaria Municipal de Esportes	1,87	1,44	1,90	1,00	1,71	3,90	100,00%	2,05	2,97
Secretaria Municipal de Fazenda	3,39	1,37	2,65			3,90	65,00%	2,91	3,41
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	3,69	1,78	1,49		5,00	3,87	85,00%	3,32	4,16
Secretaria Municipal de Governo	1,58	2,19	2,85	3,00	1,82	3,93	100,00%	2,59	3,26
Secretaria Municipal de Infraestrutura	3,06	1,85	4,59	3,71	2,20	3,60	100,00%	3,14	3,87
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	3,15	1,33	1,94	3,22	1,00	2,58	100,00%	2,16	2,69
Secretaria Municipal de Ordem Pública	4,14	1,14	2,70	3,40	2,65	3,54	100,00%	2,94	3,54
Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura	1,70	3,07				3,65	50,00%	2,89	3,27
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão		2,15				1,96	35,00%	2,04	2,09
Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	1,70	3,40				4,53	50,00%	3,34	3,94
Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres	2,15	2,37		1,00	5,00	2,55	85,00%	2,75	3,88
Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal	3,42	2,40	1,40			3,34	65,00%	2,70	3,06
Secretaria Municipal de Saúde	3,29	1,69	4,57	4,16	1,90	2,60	100,00%	2,96	3,76
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda	3,02	2,02	1,64			4,37	65,00%	2,89	3,63
Secretaria Municipal de Turismo	1,69	2,83	1,00	4,20	3,62	4,00	100,00%	2,98	3,59

Unidade / Processo Auditável	Matriz Consolidada - Resultados					
	Subtotal de Impacto (I)	Subtotal de Probabilidade (P)	Total (I x P)	Classificação	Categoria	Prioridade PAINT
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4,72	3,87	18,25	Alto	A	*
Secretaria Municipal de Educação	4,76	3,82	18,18	Alto	A	*
Secretaria Municipal de Saúde	4,81	3,76	18,10	Alto	A	*
Secretaria Municipal de Fazenda	4,42	3,41	15,07	Alto	B	*
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	3,60	4,16	14,96	Moderado	C	*
Secretaria Municipal de Administração	3,47	4,19	14,53	Moderado	C	*
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Acessibilidade e Economia Solidária	3,63	3,58	12,99	Moderado	B	*
Secretaria Municipal de Turismo	3,40	3,59	12,21	Moderado	B	*
Secretaria Municipal de Ordem Pública	3,43	3,54	12,14	Moderado	B	*
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	4,37	2,69	11,77	Moderado	B	*
Procuradoria Geral do Município	4,66	2,35	10,95	Moderado	B	
Secretaria Municipal de Governo	3,35	3,26	10,93	Moderado	C	
Secretaria Municipal de Cultura	2,97	3,53	10,51	Moderado	C	
Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal	3,16	3,06	9,68	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Agroecologia	2,95	2,92	8,61	Baixo	B	
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda	2,35	3,63	8,53	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Esportes	2,54	2,97	7,56	Baixo	C	
Controladoria Geral do Município	2,75	2,36	6,48	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres	1,52	3,88	5,90	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Clima	1,89	3,11	5,88	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura	1,78	3,27	5,81	Baixo	C	
Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	1,40	3,94	5,51	Baixo	C	
Gabinete do Vice-Prefeito	1,00	5,00	5,00	Baixo	C	
Gabinete do Prefeito	1,20	3,69	4,42	Muito Baixo	C	
Câmara Legislativa Macaé	3,54	1,00	3,54	Muito Baixo	B	
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	1,64	2,09	3,44	Muito Baixo	C	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1,41	2,33	3,28	Muito Baixo	C	
Agência Reguladora de Saneamento Básico do Município de Macaé	1,13	2,46	2,78	Muito Baixo	C	

Legenda da Classificação	1 a 5 = Muito Baixo	5,1 a 10 = Baixo	10,1 a 15 = Moderado	15,1 a 20 = Alto	20,1 a 25 = Muito Alto
--------------------------	---------------------	------------------	----------------------	------------------	------------------------